

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.<sup>a</sup>  
(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO II

Disposições Fiscais

CAPÍTULO II

Impostos Indiretos

SECÇÃO I

Imposto sobre o valor acrescentado

Artigo 167.º - A

Isenção de IVA no fornecimento de refeições e transportes escolares

É alterado o artigo 9.º do Código do IVA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro e posteriores alterações, o qual passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 9.º

Isenções nas operações internas

Estão isentas de imposto:

- 1- (...);
- 2- (...);
- 3- (...);
- 4- (...);
- 5- (...);
- 6- (...);
- 7- (...);
- 8- (...)

9- As prestações de serviços que tenham por objeto o ensino, bem como as transmissões de bens e prestações de serviços conexas, como sejam o fornecimento de alojamento, alimentação e transporte em contexto escolar.

10- (...);

11- (...);

12- (...);

13- (...);

14- (...);

15- (...);

16- (...);

17- (...);

18- (...);

19- (...);

20- (...);

21- (...);

22- (...);

23- (...);

24- (...);

25- (...);

26- (...);

27- (...);

28- (...);

29- (...);

30- (...);

31- (...);

32- (...);

33- (...);

34- (...);

35- (...);

36- (...);

37- (...);

38- (...)."

Nota Justificativa:

Atualmente, a isenção prevista no artigo 9.º Código do IVA na sua atual redação define isenção de IVA às "prestações de serviços que tenham por objeto o ensino, bem como as transmissões de bens e prestações de serviços conexas, como sejam o fornecimento de alojamento e alimentação, efectuadas por estabelecimentos integrados no Sistema Nacional de Educação ou reconhecidos como tendo fins análogos pelos ministérios competentes;" ou seja, não é abrangente e tem sido objeto de entendimentos contraditórios, pelo que importa clarificar.

Trata-se de uma isenção em parte objetiva já se refere claramente o objeto dos serviços, porém subjetiva, já que refere que as prestações de serviços apenas estão isentas de IVA quando efetuadas pelas entidades indicadas na norma, estabelecimentos integrados no SNE ou estabelecimentos que desenvolvem fins análogos aos prosseguidos pelos primeiros, reconhecidos pelos ministérios competentes.

Entende-se, que num período de subida generalizada do custo de vida das famílias a isenção deva ser, inequivocamente, abrangente e transversal a qualquer serviço de fornecimento de refeições escolares, independentemente da entidade que o presta, pelo que se propõe a alteração à sua redação de forma a alargar a isenção quando qualquer entidade terceira forneça aos estabelecimentos de ensino, ou aos municípios, serviços de confecção ou fornecimento de refeições e transporte.

São Bento, 10 de novembro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá  
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -  
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa